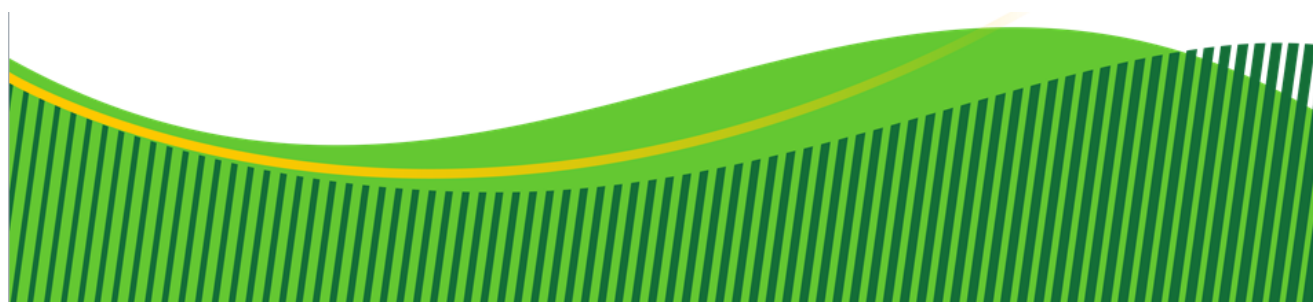


# Relatório Anual 2018

## Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP

Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência de Controladoria  
Gerência Contábil





Iguatemi Business  
Avenida Nilo Peçanha, 2.900  
9º andar—Chácara das Pedras  
91.330-001- Porto Alegre- RS - Brasil  
Tel: +55 51 3204-5500  
ey.com.br

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Administradores e Associados da  
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP  
São João - PR

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

EY|1

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 1 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto  
Contador CRC-1SP192685/O-9

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

### Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	55.204	50.152
Carteira de Crédito *	364.651	399.385
Depósitos	383.766	508.295
Patrimônio Líquido	165.832	175.738
Capital	55.746	60.325
Resultado Antes das Destinações	19.083	27.216
Rentabilidade do PL	11,51%	15,49%

valores em milhares de Reais

\* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguauçu - Sicredi Iguauçu PR/SC/SP  
CNPJ/MF nº 84.974.278/0001-50

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
<b>CIRCULANTE</b>	<b>688.318</b>	<b>528.913</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>291.620</b>	<b>249.176</b>
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	13.304	13.338	DEPÓSITOS (NOTA 11)	142.912	107.266
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	352.704	193.679	Depósitos à Vista	121.218	90.155
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2	22	Depósitos a Prazo	21.694	17.111
Tesouro Nacional–Recursos Crédito Rural	461	116	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	102.607	102.680
Correspondentes no país	535	337	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	27	2
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	351.706	193.204	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	102.580	102.678
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	293.495	296.601	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.090	1.364
Operações de Crédito	315.908	310.689	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.090	1.364
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(22.413)	(14.088)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	7.514	6.413
OUTROS CRÉDITOS	26.009	22.319	Empréstimos País - Outras Instituições	7.514	6.413
Créditos por Avals e Fianças Honradas (NOTA 06)	308	245	OUTRAS OBRIGAÇÕES	37.497	31.453
Rendas a Receber	1.801	1.674	Cobrança e Arrecadação de Tributos	205	180
Diversos (NOTA 07)	24.655	21.034	Sociais e Estatutárias	2.801	2.272
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(755)	(634)	Fiscais e Previdenciárias	968	1.133
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	2.806	2.976	Diversas (NOTA 14)	33.523	27.868
Outros Valores e Bens	2.813	2.951	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>366.788</b>	<b>243.636</b>
(Provisão para desvalorização)	(48)	(10)	DEPÓSITOS (NOTA 11)	365.383	239.803
Despesas Antecipadas	41	35	Depósitos a Prazo	365.383	239.803
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>145.828</b>	<b>121.969</b>	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	1.405	3.833
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	2.853	2.206	Repasse Interfinanceiros	1.405	3.833
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.853	2.206	OUTROS CRÉDITOS		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	105.890	87.842	Diversos (NOTA 06 e 07)	576	142
Operações de Crédito	117.024	95.417	(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	735	443
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(11.134)	(7.575)	INVESTIMENTOS (NOTA 09)	17.615	16.457
OUTROS CRÉDITOS	576	142	Outros Investimentos	17.615	16.457
Diversos (NOTA 06 e 07)	735	443	IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	12.612	10.411
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 06)	(159)	(301)	Imóveis de Uso	5.530	5.530
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	17.615	16.457	Outras Imobilizações de Uso	14.283	11.097
Outros Investimentos	17.615	16.457	(Depreciação acumulada)	(7.201)	(6.216)
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	12.612	10.411	INTANGÍVEL (NOTA 10)	6.282	4.911
Imóveis de Uso	5.530	5.530	Outros Ativos Intangíveis	11.714	9.089
Outras Imobilizações de Uso	14.283	11.097	(Amortização acumulada)	(5.432)	(4.178)
(Depreciação acumulada)	(7.201)	(6.216)	<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>834.146</b>	<b>650.882</b>
INTANGÍVEL (NOTA 10)	6.282	4.911	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>834.146</b>	<b>650.882</b>
Outros Ativos Intangíveis	11.714	9.089			
(Amortização acumulada)	(5.432)	(4.178)			

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguazu - Sicredi Iguazu PR/SC/SP  
CNPJ/MF nº 84.974.278/0001-50

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>46.391</b>	<b>-</b>	<b>46.391</b>	<b>94.892</b>	<b>-</b>	<b>94.892</b>	<b>92.387</b>	<b>-</b>	<b>92.387</b>
Operações de Crédito	46.285	-	46.285	94.699	-	94.699	92.253	-	92.253
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	78	-	78	148	-	148	107	-	107
Resultado das Aplicações Compulsórias	28	-	28	45	-	45	27	-	27
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(25.099)</b>	<b>(41)</b>	<b>(25.140)</b>	<b>(47.836)</b>	<b>(69)</b>	<b>(47.905)</b>	<b>(43.309)</b>	<b>(585)</b>	<b>(43.894)</b>
Operações de Captação no Mercado	(9.476)	(41)	(9.517)	(16.978)	(69)	(17.047)	(22.970)	(48)	(23.018)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.431)	-	(2.431)	(5.394)	-	(5.394)	(5.582)	(537)	(6.119)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(13.192)	-	(13.192)	(25.464)	-	(25.464)	(14.757)	-	(14.757)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>21.292</b>	<b>(41)</b>	<b>21.251</b>	<b>47.056</b>	<b>(69)</b>	<b>46.987</b>	<b>49.078</b>	<b>(585)</b>	<b>48.493</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(13.964)</b>	<b>3.881</b>	<b>(10.083)</b>	<b>(27.890)</b>	<b>7.147</b>	<b>(20.743)</b>	<b>(16.723)</b>	<b>5.852</b>	<b>(10.871)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.854	8.057	12.911	9.481	15.268	24.749	7.881	12.342	20.223
Rendas de Tarifas Bancárias	3.280	-	3.280	6.545	-	6.545	6.038	-	6.038
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(14.289)	(1.622)	(15.911)	(27.174)	(2.898)	(30.072)	(24.174)	(2.353)	(26.527)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(10.864)	(1.874)	(12.738)	(20.949)	(3.547)	(24.496)	(19.463)	(2.771)	(22.234)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(27)	(407)	(434)	(97)	(775)	(872)	(55)	(622)	(677)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	12.506	555	13.061	22.159	645	22.804	26.992	250	27.242
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(9.424)	(828)	(10.252)	(17.855)	(1.546)	(19.401)	(13.942)	(994)	(14.936)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>7.328</b>	<b>3.840</b>	<b>11.168</b>	<b>19.166</b>	<b>7.078</b>	<b>26.244</b>	<b>32.355</b>	<b>5.267</b>	<b>37.622</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>778</b>	<b>284</b>	<b>1.062</b>	<b>820</b>	<b>506</b>	<b>1.326</b>	<b>764</b>	<b>157</b>	<b>921</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>8.106</b>	<b>4.124</b>	<b>12.230</b>	<b>19.986</b>	<b>7.584</b>	<b>27.570</b>	<b>33.119</b>	<b>5.424</b>	<b>38.543</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-</b>	<b>(172)</b>	<b>(172)</b>	<b>-</b>	<b>(354)</b>	<b>(354)</b>	<b>-</b>	<b>(69)</b>	<b>(69)</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	(91)	(91)	-	(188)	(188)	-	(33)	(33)
Provisão para Contribuição Social	-	(81)	(81)	-	(166)	(166)	-	(36)	(36)
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>8.106</b>	<b>3.952</b>	<b>12.058</b>	<b>19.986</b>	<b>7.230</b>	<b>27.216</b>	<b>33.119</b>	<b>5.355</b>	<b>38.474</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.230</b>	<b>(7.230)</b>	<b>-</b>	<b>5.355</b>	<b>(5.355)</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>8.106</b>	<b>3.952</b>	<b>12.058</b>	<b>27.216</b>	<b>-</b>	<b>27.216</b>	<b>38.474</b>	<b>-</b>	<b>38.474</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(20.328)</b>	<b>-</b>	<b>(20.328)</b>	<b>(30.475)</b>	<b>-</b>	<b>(30.475)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(3.420)	-	(3.420)	(5.249)	-	(5.249)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.148)	-	(1.148)	(1.333)	-	(1.333)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(14.926)	-	(14.926)	(17.331)	-	(17.331)
Reserva Legal - Doação SFG	-	-	-	(834)	-	(834)	-	-	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	-	-	-	(6.562)	-	(6.562)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.888</b>	<b>-</b>	<b>6.888</b>	<b>7.999</b>	<b>-</b>	<b>7.999</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP**

**CNPJ/MF nº 84.974.278/0001-50**

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2017</b>	<b>52.971</b>	<b>68.872</b>	<b>6.693</b>	<b>128.536</b>
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(6.581)	(6.581)
Outras destinações	-	-	(112)	(112)
Capital de associados				
Aumento de capital	2.168	-	-	2.168
Baixas de capital	(2.976)	-	-	(2.976)
Resultado do período	-	-	38.474	38.474
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.333)	(1.333)
Reserva Legal - Estatutária	-	17.331	(17.331)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.143	-	(5.249)	(106)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	6.562	(6.562)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2017</b>	<b>57.306</b>	<b>92.765</b>	<b>7.999</b>	<b>158.070</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>4.335</b>	<b>23.893</b>	<b>1.306</b>	<b>29.534</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2018</b>	<b>57.306</b>	<b>92.765</b>	<b>7.999</b>	<b>158.070</b>
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(7.856)	(7.856)
Outras destinações	-	-	(143)	(143)
Capital de associados				
Aumento de capital	2.276	-	-	2.276
Baixas de capital	(2.633)	-	-	(2.633)
Resultado do período	-	-	27.216	27.216
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.148)	(1.148)
Reserva Legal - Estatutária	-	14.926	(14.926)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.376	-	(3.420)	(44)
Reserva Legal - Doação SFG	-	834	(834)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2018</b>	<b>60.325</b>	<b>108.525</b>	<b>6.888</b>	<b>175.738</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>3.019</b>	<b>15.760</b>	<b>(1.111)</b>	<b>17.668</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)</b>	<b>56.819</b>	<b>92.765</b>	<b>15.158</b>	<b>164.742</b>
Capital de associados				
Aumento de capital	1.368	-	-	1.368
Baixas de capital	(1.238)	-	-	(1.238)
Resultado do período	-	-	12.058	12.058
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.148)	(1.148)
Reserva Legal - Estatutária	-	14.926	(14.926)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.376	-	(3.420)	(44)
Reserva Legal - Doação SFG	-	834	(834)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2018</b>	<b>60.325</b>	<b>108.525</b>	<b>6.888</b>	<b>175.738</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>3.506</b>	<b>15.760</b>	<b>(8.270)</b>	<b>10.996</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP**  
**CNPJ/MF nº 84.974.278/0001-50**

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>17.957</b>	<b>41.254</b>	<b>43.609</b>
Resultado do semestre/exercício	12.058	27.216	38.474
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>5.899</b>	<b>14.038</b>	<b>5.135</b>
Provisão para operações de crédito	5.172	11.884	3.137
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	35	38	(446)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	57	(21)	703
Depreciação do imobilizado de uso	1.024	1.920	1.519
Amortização do intangível	670	1.253	1.129
Baixas do ativo permanente	172	186	106
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	34	(90)	124
Destinações ao FATES	(1.148)	(1.148)	(1.333)
Dividendos SicrediPar	(117)	16	196
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>112.484</b>	<b>133.703</b>	<b>(83.788)</b>
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(578)	(648)	(1.307)
Redução em relações interfinanceiras ativas	4.360	20	23
(Aumento) Redução em créditos vinculados	503	(345)	412
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	27	(198)	5
(Aumento) em operações de crédito	(39.020)	(26.825)	(84.841)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	28.294	(2.501)	(5.303)
(Aumento) em outros créditos	(3.578)	(4.119)	(5.487)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	1.085	132	(1.614)
Aumento em depósitos	114.005	161.225	4.543
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	175	(273)	790
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	246	1.100	1.097
Absorção de dispêndios pelo FATES	(543)	(743)	(1.325)
Aumento em outras obrigações	7.508	6.878	9.219
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>130.441</b>	<b>174.957</b>	<b>(40.179)</b>
Aquisição de Investimentos	-	(1.158)	(1.265)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.497)	(4.306)	(3.327)
Aplicações no Intangível	(873)	(2.625)	(1.510)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(3.370)</b>	<b>(8.089)</b>	<b>(6.102)</b>
Integralização de capital	1.368	2.276	2.168
Baixa de capital	(1.238)	(2.633)	(2.976)
Juros ao capital próprio	(44)	(44)	(106)
Distribuição de Sobras	-	(7.999)	(6.693)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>86</b>	<b>(8.400)</b>	<b>(7.607)</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>127.157</b>	<b>158.468</b>	<b>(53.888)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	237.853	206.542	260.430
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	365.010	365.010	206.542

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguazu - Sicredi Iguazu PR/SC/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 01/04/1992 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 31 de janeiro de 2018.

**NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

**a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

**d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

**e) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

**f) Provisão para operações de crédito**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

**g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

**h) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

**i) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

**j) Intangível**

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

**k) Redução ao valor recuperável de ativos**

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

**l) Depósitos a prazo**

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

**m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

**n) Impostos e contribuições**

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

**o) Ativos e Passivos contingentes**

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

**p) Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

**NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	13.304	13.338
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	351.706	193.204
Total	365.010	206.542

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

**NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.853	2.206
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.853	2.206
Total não circulante	2.853	2.206

**NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

**a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação**

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	202.209	102.717	304.926	277.012
Financiamentos	15.308	12.889	28.197	22.357
Financiamentos rurais e agroindustriais	98.391	1.418	99.809	106.737
Carteira total	315.908	117.024	432.932	406.106

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honradas	308	-	308	245
Devedores por compra de valores e bens	566	731	1.297	728
Títulos e créditos a receber (i)	21.167	4	21.171	16.619
Total	22.041	735	22.776	17.592

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível AA	-	3	-	-	-
Nível A	0,50	136.555	153.938	683	770
Nível B	1,00	165.865	152.149	1.659	1.522
Nível C	3,00	92.020	66.526	2.760	1.996
Nível D	10,00	24.864	26.959	2.486	2.857
Nível E	30,00	10.182	9.372	3.055	2.812
Nível F	50,00	2.965	3.178	1.483	1.589
Nível G	70,00	3.062	1.748	2.143	1.224
Nível H	100,00	20.192	9.828	20.192	9.828
Total		455.708	423.698	34.461	22.598

**c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento**

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2018			Total da Carteira	2017
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	4.654	34.889	52.371	40.786	132.700	115.776
Rural	248	27.568	70.575	1.418	99.809	106.737
Industrial	3.965	14.248	16.760	13.994	48.967	37.938
Comércio	2.641	34.194	41.039	38.484	116.358	112.339
Outros Serviços	878	15.946	17.973	23.077	57.874	50.908
Total	12.386	126.845	198.718	117.759	455.708	423.698

**d) Concentração das operações de crédito**

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	55.942	12,28	46.801	11,05
50 devedores seguintes	77.766	17,06	75.171	17,74
100 devedores seguintes	55.918	12,27	55.236	13,04
Demais	266.082	58,39	246.490	58,17
Total	455.708	100	423.698	100

**e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos**

	2018	2017
Saldo inicial	22.598	18.758
Constituição de provisão	25.464	14.757
Movimentação de baixados para prejuízo	(13.601)	(10.917)
Saldo final	34.461	22.598

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 6.201 (2017 - R\$ 8.246), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 19.405 (2017 - R\$ 24.887).

**NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	553	174
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	578	2.320
Devedores por compra de valores e bens	566	286
Devedores por depósitos em garantia	42	40
Impostos e contribuições a compensar	379	692
Títulos e créditos a receber	21.167	16.618
Valores honrados	-	3
Cotas de consórcio	338	228
Operações com cartões	525	45
Pendências a regularizar	80	12
Outros	427	616
<b>Total Circulante</b>	<b>24.655</b>	<b>21.034</b>

Devedores por compra de valores e bens	731	442
Títulos e créditos a receber	4	1
<b>Total não circulante</b>	<b>735</b>	<b>443</b>

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

**NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS**

	2018	2017
Bens não de uso próprio	2.813	2.951
Imóveis	2.650	2.739
Veículos e afins	163	212
Despesas antecipadas	41	35
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(48)	(10)
<b>Total Circulante</b>	<b>2.806</b>	<b>2.976</b>

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 48 (2017 - R\$ 10) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

**NOTA 09 – INVESTIMENTOS**

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	10.343	9.185
Sicredi Participações S.A.	7.271	7.271
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
<b>Total</b>	<b>17.615</b>	<b>16.457</b>

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	2.365.506 ON 4.905.494 PN	2.365.506 ON 4.905.494 PN	1 Quotas	1 Quotas	10.342.411 Quotas	9.184.774 Quotas
Percentual de participação	0,83%	0,83%	0,62%	0,61%	4,55%	4,79%
Capital social	880.597	874.847	164	164	227.306	191.882
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	228.806	193.372
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
Valor do investimento	7.271	7.271	1	1	10.343	9.185

**NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	19.813	(7.201)	12.612	10.411
Terrenos	-	931	-	931	931
Edificações	4%	4.599	(1.632)	2.967	3.372
Instalações	10%	600	(262)	338	391
Móveis e equipamentos de uso	10%	6.546	(1.914)	4.632	3.301
Sistema de comunicação	10%	197	(72)	125	142
Sistema de processamento de dados	20%	5.978	(2.799)	3.179	1.913
Sistema de segurança	10%	309	(83)	226	233
Sistema de transporte	20%	653	(439)	214	128
Intangível (i)		11.714	(5.432)	6.282	4.911
Investimentos Confederação		11.714	(5.432)	6.282	4.911
<b>Total</b>		<b>31.527</b>	<b>(12.633)</b>	<b>18.894</b>	<b>15.322</b>

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

**NOTA 11 – DEPÓSITOS**

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018			Total	2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Depósitos à vista	121.218	-	-	121.218	90.155
Depósitos a prazo	7.147	14.547	365.383	387.077	256.914
Total	128.365	14.547	365.383	508.295	347.069

**NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS**

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	102.580	102.678
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	102.580	102.678
Total circulante	102.580	102.678

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	1.405	3.833
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.405	3.833
Total não circulante	1.405	3.833

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 03/07/2023, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

**NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos no País - outras instituições	7.514	6.413
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	7.514	6.413
Total circulante	7.514	6.413

**NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Obrigações por convênios oficiais	12	19
Provisão para pagamentos a efetuar	7.354	7.117
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	34	124
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	2.929	2.394
Pendências a regularizar	46	22
Operações com cartões	20.973	16.083
Demais fornecedores	648	556
Credores diversos	1.527	1.553
Total circulante	33.523	27.868

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

**NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES**

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Trabalhista	110	-	(110)	-
Cível	14	34	(14)	34
Total	124	34	(124)	34

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Trabalhista	Provável	-	110
Cível	Provável	34	14
Total		34	124

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 130; R\$ 502; R\$ 1 (2017 - R\$ 20, R\$ 383), respectivamente.

**NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	60.325	57.306
Total de associados	50.152	46.806

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 3.019 (2017 – R\$4.335), sendo R\$ 3.376 (2017 – R\$5.143) via integralização de resultados e R\$ 2.276 (2017 – R\$ 2.168), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.633 (2017 – R\$ 2.976).

**b) Juros ao Capital**

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6% em Conta Capital, no montante de R\$ 3.420, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

**c) Destinações**

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

**NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR**

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2018 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 834 (R\$ 0 em dezembro de 2017), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais". Desse montante, o valor de R\$ 834 não será objeto de distribuição, sendo integralmente destinado para a Reserva Legal em 31 de dezembro de 2018 conforme Regulamento do Fundo de Desenvolvimento (art.9, V, "c" e "d"), retornando para o Patrimônio Líquido da Cooperativa.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

**NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	27.570	38.543
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(11.579)	(16.188)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	31	1
Provisão resgate de milhas cartão	62	35
Provisão PPR	(112)	71
Receita com atos cooperativos	8.394	13.910
Juros sobre capital próprio	1.436	2.205
Outros	1.414	(103)
Subtotal	11.225	16.119
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(354)	(69)

**NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	2.853	2.206
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	351.706	193.204
Outros Créditos - Rendas a receber	1.513	1.280
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	920	2.722
Investimentos (Nota 09)	17.615	16.457
Intangível (Nota 10)	6.282	4.911
<b>Passivo</b>		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	103.985	106.511
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	7.514	6.413
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	20.521	16.024
<b>Receitas</b>		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	148	107
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	8.031	6.156
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	15.974	23.032
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 17)	834	-
<b>Despesas</b>		
Operações de Empréstimos e Repasses	5.394	6.119
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 20)	1.456	1.268
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 22)	10.161	9.143

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	72	0,06%	104
Depósitos a prazo	1.496	0,39%	571
Operações de crédito	1.543	0,36%	1.571

**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	3.096	2.568

**NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2018	2017
Despesa de água, energia e gás	750	639
Despesa de aluguéis	2.782	2.300
Despesa de comunicação	1.496	1.377
Despesa de manutenção e conservação	1.450	1.285
Despesa de material	1.246	909
Despesa processamento dados	697	515
Despesa de promoções e relações públicas	2.619	2.143
Despesa de propaganda e publicidade	426	468
Despesa de seguro	481	394
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.137	2.223
Despesa de serviços de terceiros	515	612
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.747	1.577
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.492	1.171
Despesa de serviços de transportes	1.329	1.513
Despesa de viagem	150	144
Despesa de depreciação	1.920	1.519
Outras despesas administrativas	3.259	3.445
Total	24.496	22.234

**NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	3.176	1.882
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	15.384	22.288
Reversão de provisões operacionais	2.882	1.364
Outras rendas operacionais	1.362	1.708
Total	22.804	27.242

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

**NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.039	1.251
Contribuições Cooperativistas	197	192
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	919	864
Contribuição Confederação Sicredi	7.188	5.933
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	1.040	819
Encargos da administração financeira	102	124
Repasse administradora de Cartões	375	650
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.254	1.129
Outras provisões operacionais	2.963	1.805
Outras despesas operacionais	3.324	2.169
Total	19.401	14.936

**NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	167.025	137.694
Total	167.025	137.694

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.



O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

#### I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

#### II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

#### III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

#### IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

#### V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

#### VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

#### NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>169.457</b>	154.630
Nível I (NI)	169.457	154.630
<b>Capital principal - CP</b>	<b>169.457</b>	154.630
Capital social	60.325	57.306
Reservas de capital	108.525	92.765
Lucros acumulados	6.888	7.999
Ajustes Prudenciais	(6.282)	(3.440)
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>685.278</b>	594.556
<b>Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária</b>	<b>1.120</b>	590
<b>Margem de Capital (i)</b>	<b>96.383</b>	91.612
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>24,73%</b>	26,01%
Situação de Imobilização (Imob)	12.613	11.883
<b>Índice de Imobilização (Imob / PR)</b>	<b>7,44%</b>	7,68%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

#### NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Eleuterio Benin  
Diretor Executivo  
CPF: 337.724.369-00

Izette Maria Florkovski  
Diretora de Operações  
CPF: 589.085.289-20

Gilmar Pimmel  
Contador  
CRC: PR-060509/O  
024.551.059-11